

**Intervenção do Ministro das Relações Exteriores no Debate do Conselho de Segurança  
das Nações Unidas sobre Proteção de Civis em Conflitos Armados  
12/02/2013**

“Senhor Presidente,

Felicito a República da Coreia por assumir a presidência do Conselho de Segurança durante o mês de fevereiro.

Agradeço também a Vossa Excelência por convocar este oportuno e importante debate de alto nível sobre a proteção de civis em conflitos armados.

Gostaria de saudar Sua Excelência Louise Mushikiwabo, Ministra dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, e Sua Excelência Elmar Mammadyarov, Ministro das Relações Exteriores do Azerbaijão, e agradecer-lhes por sua contribuição para este debate.

Sou igualmente grato ao Secretário-Geral Ban Ki-moon por seu “briefing” muito informativo, bem como à Alta Comissária Navi Pillay e ao Senhor Philip Spoerri, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, por suas observações.

Senhor Presidente,

Ao nos reunirmos para discutir este item fundamental da agenda do Conselho de Segurança, nosso ponto de partida deve ser o reconhecimento de que a situação da proteção de civis é “abismal”, tal como indicado pelo Secretário-Geral em seu último relatório.

Civis continuam a ser feridos, deslocados e mortos em grande número e submetidos a todo tipo de dificuldades em muitas partes do mundo.

É nossa responsabilidade coletiva, tanto moral quanto política, enfrentar esta situação e oferecer perspectivas de melhoria a civis que estejam sob riscos reais ou potenciais.

As dificuldades que nos têm impedido de cumprir adequadamente as nossas responsabilidades relativas à proteção de civis não derivam de divergências sobre os fundamentos éticos que estão na base desse conceito.

Elas resultam de divergências que nos impedem de traduzir nossa ética comum em políticas mutuamente acordadas que levarão a resultados coerentes e eficazes.

O uso da força para a proteção de civis destaca-se como tema que divide opiniões, compromete esforços voltados à solução pacífica das controvérsias e nos distancia do tratamento multifacetado dos temas relacionados à proteção.

No que se refere ao uso da força, o Brasil compartilhou com o Conselho de Segurança em 2011 um documento de reflexão sobre “responsabilidade ao proteger”.

Em nossa opinião, o recurso à ação militar deve ser sempre uma medida excepcional, tomada depois de esgotados todos os meios pacíficos e apenas mediante a autorização deste Conselho. Se a força for autorizada, deve ser empregada de forma criteriosa, proporcional e limitada aos objetivos estabelecidos pelo Conselho. É preciso ter cuidado para não agravar uma situação que coloca civis em risco e gerar, involuntariamente, mais violência e instabilidade.

Além disso, o Conselho deve assegurar aos membros da ONU que as ações militares sejam monitoradas e que as resoluções sejam interpretadas e implementadas de modo a garantir o respeito à responsabilidade ao proteger.

Alguns acontecimentos no passado recente nos fazem refletir sobre se a intervenção militar direta ou o apoio a grupos armados levaram a uma melhoria das condições para os civis ou a uma situação de maior instabilidade e violência.

Entretanto, mesmo quando refletimos sobre a experiência passada, podemos facilmente chegar à conclusão de que a maneira mais efetiva de proteger os civis é evitar conflitos armados e, caso esses conflitos surjam, demonstrar compromisso real com a sua resolução por meios pacíficos. A Carta da ONU constitui a base para que possamos associar a manutenção da paz e segurança à promoção do desenvolvimento sócio-econômico e institucional, bem como ao respeito aos direitos humanos.

Eu tive a oportunidade de destacar esse aspecto no debate realizado sob a presidência brasileira do CSNU, em fevereiro de 2011, sobre a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento.

É possível argumentar que a promoção do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e da segurança alimentar contribui para a promoção da paz e segurança na medida em que promove um ambiente mais estável para os civis.

É lamentável que o mundo gaste recursos astronômicos no desenvolvimento de armas e na manutenção de elevados orçamentos militares, ao mesmo tempo em que continuamos aquém do cumprimento das metas de Assistência Oficial ao Desenvolvimento, conforme acordado no Consenso de Monterrey de 2002.

Esta situação preocupante foi descrita pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon em um impactante artigo publicado em agosto passado. Como disse o Secretário-Geral, o mundo está sobre-armado e a paz está sub-financiada.

Se estamos seriamente comprometidos com a proteção de civis - e se todos concordamos que isso deve ser feito evitando-se, em primeiro lugar, o surgimento de conflitos – devemos buscar reverter essa tendência.

A próxima Conferência sobre o Tratado do Comércio de Armas nos oferece oportunidade de dar um passo significativo e chegar a um acordo sobre regras que ajudarão a poupar os civis das consequências do fluxo desregulado de armas.

No campo do desarmamento e da não-proliferação nuclear, é preciso haver progresso consistente e equilibrado. Não podemos nos dar ao luxo de deixar essa agenda sem uma conclusão. Neste contexto, devo dizer que o Governo brasileiro condena o novo teste nuclear realizado pela República Democrática e Popular da Coreia. Instamos o Governo norte-coreano a cumprir integralmente todas as resoluções do Conselho de Segurança sobre o assunto. Na mesma linha de abordagem da proteção de civis como forma de evitar conflitos, este Conselho deve assumir plenamente sua responsabilidade com relação à situação daqueles que são vítimas diárias de conflitos prolongados, como o conflito entre Israel e Palestina. A proteção de civis deve ser implementada de forma universal e não-seletiva.

Os civis devem ser igualmente protegidos contra ameaças de violência, sejam elas em Homs ou em Gaza; em Khandahar ou Timbuktu. Esforços multilaterais devem estar de acordo com os Direitos Humanos e com o Direito Internacional Humanitário, inclusive no contexto da luta contra o terrorismo.

Nesse particular, o Brasil saúda o anúncio feito pelo Relator Especial da ONU sobre Contra-terrorismo e Direitos Humanos a respeito do lançamento de investigações sobre o impacto, para os direitos humanos de civis, do uso de “drones” e outros meios de assassinatos seletivos com objetivos de contra-terrorismo e contra-insurgência.

Acolhemos com satisfação a crescente participação de organizações regionais, como a União Africana, em esforços de mediação e resolução de conflitos, em coordenação com outros esforços multilaterais e de acordo com as disposições da Carta das Nações Unidas. Mas, ao mesmo tempo, devemos reconhecer que a coordenação entre os níveis regional e multilateral não tem sido sempre satisfatória e que será necessário contar com melhores meios de governança para lidar, de maneira efetiva, com situações de instabilidade em que civis são colocados em risco.

A complexidade dos desafios requer que a tomada e a implementação de decisões seja feita de maneira mais inclusiva. Nesse quadro, justificam-se algumas considerações sobre a reforma, há muito devida, do Conselho de Segurança.

Um Conselho de Segurança mais representativo e legítimo pode, e na minha opinião irá, ajudar a adotar decisões e estratégias para evitar conflitos e proteger um maior número de civis. Negociar a fim de criar denominadores comuns é a tarefa fundamental deste Conselho. Neste particular, a diplomacia é essencial e não deve ser equiparada, como se faz por vezes, à falta de determinação.

A frase "não há solução militar" está sendo cada vez mais utilizada e pode refletir o reconhecimento de que estamos entrando em uma fase de maior abertura ao diálogo, à negociação, à diplomacia - certamente uma tendência que o Brasil favorece. O caso da Síria certamente vem à tona. O Brasil concorda com aqueles que são da opinião de que não há solução militar para a crise síria e que este Conselho deverá firme e inequivocamente apoiar os esforços do Enviado Especial Conjunto Lakhdar Brahimi, com base no Plano de Ação de Genebra - o qual claramente se opõe à "militarização".

Senhor Presidente,

Acredito que, após as experiências recentes de uso da força para proteção de civis, a comunidade internacional pode apreciar melhor o valor da prevenção de conflitos e da resolução pacífica de disputas, inclusive como maneira de garantir a segurança daqueles que se deseja proteger.

Minha conclusão aponta para a importância de estratégias que protejam civis em situações de conflito por meio de esforços não-militares.

Primeiro, vemos a necessidade de maior conscientização sobre a importância de lidar com a prevenção de conflitos por meios pacíficos, inclusive por meio da promoção do desenvolvimento sócio-econômico, de esforços redobrados para o pleno cumprimento dos compromissos de desarmamento e não-proliferação, e por meio do enfrentamento de desafios cruciais como o conflito entre Israel e Palestina, entre outros.

Em segundo lugar, em situações onde conflitos eclodirem, vemos a urgência de enfatizar a diplomacia e o diálogo como as principais ferramentas para a sua resolução.

Muito obrigado"